

A epistemologia crítica e invisível da comunicação

The critical and invisible epistemology of communication

REGIANE MIRANDA DE OLIVEIRA NAKAGAWA^a

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Cachoeira – BA, Brasil

Ferrara, Lucrécia D'Alessio. (2018).
A comunicação que não vemos (1a ed.).
São Paulo, SP. 168 p.
ISBN: 9788534946889

RESUMO

Esta resenha visa discutir os preceitos de uma possível “epistemologia política da comunicação”, tal como sugere Lucrécia D'Alessio Ferrara em seu livro *A comunicação que não vemos*, considerando a imponderabilidade dos processos comunicacionais edificados em meio a ambientes culturais de grande complexidade, e que nem sempre se mostram com clareza. Para isso, elucida de que maneira a autora perpassa o pensamento de alguns autores do campo da comunicação, com o intuito de indicar diferentes possibilidades de produção de conhecimento que se pautam pela dúvida e pela elaboração de inferências, e as implicações políticas desse processo. Por fim, aponta as possibilidades de estudo do exercício político da urbe por meio de tal abordagem epistemológica.

Palavras-chave: Epistemologia política, comunicação, linguagem, cidade, conhecimento

ABSTRACT

This review aims to discuss the precepts of a possible “political epistemology of communication” as suggested by Lucrécia D'Alessio Ferrara in her book *A Comunicação que não vemos*, considering the imponderability of the communication processes built in extremely complex cultural environments and that are not always clear. To do so, it elucidates how the author pervades the thoughts of a few authors in the field of communication in order to indicate different possibilities of knowledge production, which are guided by doubt and by the elaboration of interferences, and the political implications of this process. Finally, it points out the possibilities of studying the political exercise of a city through such epistemological approach.

Keywords: Political epistemology, communication, language, city, knowledge

^a Professora adjunta do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Cecult) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Mídia e Formatos Narrativos da UFRB. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2039-7610>. E-mail: regianemo@uol.com.br

PODE-SE DIZER SEM margem de erro que *A comunicação que não vemos*, de Lucrecia D'Alessio Ferrara, é um livro sobre epistemologia da comunicação. Porém, chama a atenção o modo pelo qual tal discussão foi construída ao longo dos nove capítulos que compõem a obra. Ferrara toma por base autores de referência do campo comunicacional, mas que não apresentam uma discussão diretamente relacionada à epistemologia, como Walter Benjamin, Jean Baudrillard, Roman Jakobson e Gilbert Simondon, para elucidar de que maneira, por meio de suas obras, é possível construir um pensamento sobre as possibilidades de produção do conhecimento na área da comunicação.

Aliada à discussão epistemológica, igualmente permeia toda a obra a questão política, abordada por meio de dois aspectos, absolutamente complementários. O primeiro diz respeito à compreensão de que os processos comunicacionais não se limitam ao viés transmissivo, mediativo e linear estabelecido entre emissor e receptor, tampouco sua caracterização política pode ser entendida unicamente pela mera sujeição a dispositivos e estratégias voltados a atingir um determinado objetivo.

Em contraponto, colocam-se em discussão os paradoxos e a complexidade que caracterizam a dimensão interativa do comunicar e a constituição de ambientes comunicacionais, os quais nem sempre se mostram com clareza. É justamente por meio de tais ambiências que se edificam diferentes formas de “construção política” (Ferrara, 2018, p. 8), que, como indica Maurizio Lazzarato (2006), levam à proliferação de distintos “mundos possíveis” (p. 217) e seus devires, marcados por uma enorme indeterminação. Essa é, como a autora dá a entender, “a comunicação que não vemos”, conforme indica o título da obra.

O segundo aspecto é derivação do primeiro, pois se relaciona à discussão sobre a “epistemologia política da comunicação”, tendo em vista “a dimensão epistemológica que a política revela para a comunicação como área científica” (Ferrara, 2018, p. 9), o que requer o exame das implicações políticas decorrentes de se considerar as bases cognitivas e o tipo de conhecimento construído em meio à indeterminação do comunicar. Nesse sentido, tal epistemologia contrapõe-se radicalmente ao exercício lógico/cognitivo fundamentado em grandes generalizações voltadas a produzir explicações totalizantes, visto que pressupõe a consideração e o reconhecimento da singularidade (Bakhtin, 2012) de fenômenos, muitas vezes irrepetíveis e não previsíveis, cuja compreensão requer, necessariamente, a elaboração de proposições igualmente específicas.

Nesse aspecto, não há como desconsiderar o diálogo das ideias da autora com a discussão também proposta por Bruno Latour (2008), quando afirma que “qualquer epistemologia é uma epistemologia política” (p. 54), reportando-se não

à separação entre ciência e política, mas à correlação passível de ser edificada entre uma ciência e uma política não redundantes, ou seja, edificadas com alicerces num “esforço arriscado” (p. 48), presumindo a articulação de questionamentos e proposições singulares baseados em fenômenos também singulares que, inclusive, podem colocar em risco crenças, teorias e métodos já consolidados.

Ainda em conformidade com Lazzarato (2006), se a política consiste “em pôr à prova, em fazer experimentação” (p. 211), logo, uma epistemologia política seria igualmente capaz de gerar “conhecimentos possíveis” mediante um exercício intelectual continuamente construído com base na dúvida e na formulação de questionamentos. Por isso, como a autora afirma, trata-se de uma epistemologia que “surge incerta, sorradeira e apenas possível” (Ferrara, 2018, p. 79).

Considerando os autores citados anteriormente, nota-se que a linguagem serviu de fio condutor para o exercício de compreensão das diferentes formas de configuração do fenômeno comunicacional e das suas consequências epistemológicas e políticas. Assim, logo no início da obra, a autora toma por referência a discussão proposta por Benjamim sobre o uso da linguagem pelo homem, “cuja essência estaria na capacidade e direito de nomear” (Ferrara, 2018, p. 14), o que o distinguiria de todas as demais espécies. Ao mesmo tempo, essa utilização permitiria apreender em que medida a linguagem pode ser entendida como um meio e, como tal, apresentaria dois aspectos que se contrapõem: pelo seu caráter instrumental, voltado a atingir um determinado objetivo, e pelo seu lado de forma por meio do qual a comunicação efetivamente ganha materialidade na cultura. Dessas perspectivas decorrem duas formas de *nomear*, como também duas possibilidades de construção do conhecimento.

No primeiro caso, o nome busca estabelecer uma relação simétrica com aquilo a que se refere, uma vez que a linguagem está sujeita a exercer uma função exógena à sua própria essência, a qual, como Lotman (2000) afirma, é “organizar estruturalmente o mundo que rodeia o homem”¹ (p. 171), e não meramente representar algo distinto dela própria; no segundo, a materialidade da linguagem e dos *nomes* serve de base para a elaboração de inferências, na tentativa de recriar processos e apreender possíveis semelhanças entre fenômenos distintos. Com isso, torna-se possível perceber vínculos que nem sempre se mostram na visualidade mais imediata daquilo que se busca conhecer.

Tais diferenças são fundamentais para apreender de que maneira, no campo comunicacional, não raro, se criam nomes para identificar conceitos que visam explicar a natureza de determinados fenômenos. Por meio desses nomes, busca-se estabelecer uma simetria entre o conceito e o fenômeno, a qual, de fato, nada permite conhecer, mas apenas reconhecer o que já se sabe ou construir uma totalidade explicativa para algo cujas singularidades

¹ No original: “organizar estructuralmente el mundo que rodea al hombre”. Tradução da autora.

são, muitas vezes, desconsideradas. Como a autora afirma, muitos nomes se apresentam “eufóricos como modo de dizer, mas disfóricos como capacidade designativa” (Ferrara, 2018, p. 26), pois nada mais fazem além de criar hábitos perceptivos (Peirce, 1990), e de reafirmar formas de dizer e pensar. De certo modo, tal perspectiva coaduna-se com o entendimento de uma comunicação transmissionista e absolutamente previsível, capaz de ser explicada por uma generalização totalizante na qual se institui a mera identificação entre o conhecimento produzido e o que se objetiva conhecer.

Por outro lado, quando se lida com a imponderabilidade interativa do comunicar, coloca-se o desafio de construir um conhecimento calcado em inferências que nada afirmam, mas conduzem à construção de “diagramas do pensamento” (Ferrara, 2018, p. 32), continuamente redefinidos em meio ao movimento do próprio fenômeno observado, e que levariam à apreensão e reconstrução de processos altamente dinâmicos, destituídos de uma teleologia. Inclusive, conforme apontamos, é nessa imponderabilidade que reside a dimensão política tanto do comunicar, quanto da epistemologia da comunicação.

Aliado a essa discussão, coloca-se, também, outro aspecto que, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, não se limita a uma questão meramente retórica, pois diz respeito à dimensão cognitiva subjacente a qualquer debate epistemológico. Para fundamentar essa discussão, a autora retoma a distinção proposta por Roman Jakobson entre metáfora e metonímia para situar de que maneira uma e outra apontam para “tendências cognitivas” (Ferrara, 2018, p. 81), as quais, apesar de distintas, estão diretamente relacionadas, tendo em vista o movimento que vai da metáfora para a metonímia.

Ainda com relação à capacidade inferencial que caracterizaria tal perspectiva epistemológica, a autora indica a existência de uma possível “política subjacente à teoria da comunicação ocidental” (Ferrara, 2018, p. 39), presente na obra de Jean Baudrillard, mais especificamente no que concerne aos modos de raciocínio passíveis de serem incitados pelos conceitos de simulação e simulacro. Ao contrário do que muitas vezes se acredita, a simulação não implica um fingir, mas supõe uma imagem que estabelece uma relação mimética com o mundo, confundindo-se com ele.

Em conformidade com essa perspectiva, constrói-se uma ciência alicerçada numa ordem dicotômica, graças à relação de equivalência colocada entre a imagem e o mundo simulado por ela.

Por outro lado, o simulacro “aponta para uma imagem que nada representa” (Ferrara, 2018, p. 52), de modo que sua caracterização autorreferencial e eminentemente icônica possibilitaria o levantamento de inferências cognitivas que não se limitariam ao mero reconhecimento de semelhanças, tal como acontece com a simulação, mas que levariam à formulação de hipóteses possíveis, as

quais, eventualmente, permitiriam construir uma genealogia dos processos comunicacionais que se intenta conhecer.

Por fim, Ferrara (2018) reserva um lugar de destaque para discutir a “epistemologia política da comunicação” no âmbito do exercício político da cidade, foco dos três últimos artigos do livro. Para desenvolver seu ponto de vista, a autora apresenta três categorias fenomenológicas, formuladas com base nas transformações sofridas pela urbe ao longo da história. São elas: a esfera pública marcada pela doxa e pela oralidade secundária (cidade cosmopolita); o espaço edificado pela imagem autofágica (metrópole) e, finalmente, a cidade mediatisada (megalópole), continuamente desterritorializada e reterritorializada por intermédio de conexões entre espacialidades que passam a agir em ressonância e simultaneamente em distintas partes do mundo.

Às categorias epistemológicas, Ferrara propõe ainda quatro categorias ontológicas, que serviriam de base para a formulação de hipóteses que, mesmo falíveis, seriam capazes de produzir um conhecimento novo acerca da urbe. Assim, com base na constituição da *polis* grega, a autora situa a politicidade e a comunidade como “as raízes das categorias ontológicas da cidade como objeto científico” (Ferrara, 2018, p. 134), que se aliarão a outras duas, a interatividade e a resistência. Nesse sentido, qualquer estudo da urbe sob tal perspectiva epistemológica deve necessariamente correlacionar os dois grupos de categorias, de modo que, pelo viés fenomenológico, seria possível apreender as singularidades das configurações observadas e, paralelamente, de que maneira as propriedades sugeridas em cada uma das categorias ontológicas ganham vida na cidade, ultrapassando-se a mera descrição da sua visualidade, algo muito recorrente nos estudos sobre o tema.

É por meio desse raciocínio que a autora chega a pontuar que, na esfera da urbe, a política pode vir a se manifestar por meio de “pequenas atuações” (Ferrara, 2018, p. 156), as quais configurariam formas de resistência articuladas por meio de um movimento autopoietico. Em alusão ao título do livro, trata-se de ações que também *não vemos*, assim como a dimensão política da epistemologia que elas são capazes de suscitar. ■

REFERÊNCIAS

- Bakhtin, M. M. (2012). *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores.
- Ferrara, L. D'A. (2018). *A comunicação que não vemos*. São Paulo, SP: Paulus.
- Latour, B. (2008). Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In J. A. Nunes & R. Roque (Orgs.), *Objectos impuros: Experiências em estudos sobre a ciência* (pp. 37-60). Porto: Edições Afrontamento.

R

A epistemologia crítica e invisível da comunicação

Lazzarato, M. (2006). *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Lotman, I. (2000). *La semiosfera III: Semiótica de las artes y de la cultura*. Madrid: Cátedra.

Peirce, C. S. (1990). *Semiótica*. São Paulo, SP: Perspectiva.

Artigo recebido em 25 de outubro de 2018 e aprovado em 3 de abril de 2019.